

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdec@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 398/2018-PGJ, DE 30.1.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 29.1.2018, as férias do Procurador de Justiça e Ouvidor do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Silasneiton Gonçalves, concedidas por meio da Portaria nº 4304/2017-PGJ, de 13.12.2017.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 393/2018-PGJ, DE 29.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça da comarca de Nova Andradina, Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no período de 28.2 a 2.3.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 395/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Dourados, Claudio Rogerio Ferreira Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na sessão do Tribunal do Júri na comarca de Dourados, no julgamento do Processo nº 0003309-23.2017.8.12.0002, no dia 7.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 396/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Substituto Felipe Almeida Marques para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi, no dia 1º.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 397/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 22.1.2018, a Portaria nº 3342/2017-PGJ, de 28.9.2017, publicada no DOMP nº 1598, de 2.10.2017, que designou o Promotor de Justiça Substituto Mateus Sleiman Castriani Quirino para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar as 5ª e 6ª Varas de Família e Sucessões da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 399/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Amambai, Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Iguatemi, nos dias 7 e 8.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 400/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Campo Grande, Clovis Amauri Smaniotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, no período de 30.1 a 28.2.2018, em razão de licença da Promotora de Justiça Filomena Aparecida Depolito Fluminhan.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 401/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante na audiência referente aos autos nº 0100005-39.2005.8.12.0036, no dia 31.1.2018, na comarca de Inocência.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 402/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 17 a 23.1.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 403/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4343/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Janeli Basso compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 22 e 23.11.2014, que seria usufruída nos dias 15 e 16.2.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 404/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Edival Goulart Quirino	2 e 3.4.2016	12 e 13.4.2018
Pedro Arthur de Figueiredo	31.5 e 1º.6.2014	1º e 2.2.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 379/2018-PGJ, DE 29.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 23.1.2018, o servidor Felipe Augusto da Cruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Caarapó, para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na Central de Inquéritos Policiais das Promotorias de Justiça da comarca de Dourados, até ulterior deliberação; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 2225/2017-PGJ, de 7.7.2017, publicada no DOMP nº 1541 de 10.7.2017, que o designou para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais de Dourados.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 407/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Maria Luiza de Lima Ribeiro Marques, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico-Pericial, Anderson Teodoro e Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, ocupantes do cargo efetivo de Analista, para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão Técnica para Elaboração e Implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e da Construção Civil do Ministério Público Estadual (Processo PGJ/10/0628/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 408/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 123/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal da Assessoria de Comunicação – Ariadne de Fátima Cantú da Silva, Procuradora de Justiça e Supervisora da Assessoria de Comunicação; 2.1) Suplente – Cynthia Maria Souza da Silveira, Assessor de Procurador-Geral; 3) Fiscal de Tecnologia da Informação – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 3.1) Suplente – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento (Processo PGJ/10/3598/2017).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 423/2018-PGJ, DE 30.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 29.1.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Fábio Borini Monteiro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

ESCOLA SUPERIOR**EDITAL Nº 030/2018/PJ TRÊS LAGOAS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossada a candidata RAIANE GOMES ROCHA DA CONCEIÇÃO, aprovada em 13º lugar no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Direito, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Edital de Convocação nº 029/2017, publicado no DOMP-MS nº 1657, de 19 de janeiro de 2018. Com isso, torna público a CONVOCAÇÃO das candidatas LETÍCIA DE FÁTIMA DA SILVA MOREIRA, KAROLINE MIRELLY SANTANA CALDAS E SARA GRANGE DOS SANTOS, aprovadas no Processo

Seletivo Simplificado de Estagiários do Curso de Nível Superior em Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2016/PJ Três Lagoas, de 12 de julho de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1320, de 15 de julho de 2016 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 30 de janeiro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça

Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.
DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre, o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal de não cumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitada em todos os campos e assinada.

EDITAL Nº 009/2018-PJCAARAPÓ

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da Comarca de Caarapó, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c. as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, e do EDITAL N.º 001/2016, convoca a candidata aprovada KASSYANA DA SILVA FERREIRA, para apresentação da documentação anexa (art. 31, § 1º da Resolução n.º 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação oficial deste.

Caarapó, 22 de janeiro de 2018.

ARHTUR DIAS JUNIOR
Promotor de Justiça

ANEXO
DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

- I – Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre, número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III – atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV – certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V – declaração pessoal de ausência de impedimentos previstos no art. 50 da Resolução n. 015/2010-PGJ;
- VI – declaração pessoal de não acumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII – atestado de exame ABO-RH;
- VIII – número da agência e da conta corrente do Banco do Brasil;
- IX – 2 fotografias coloridas 3x4 recentes;
- X – Ficha de cadastro preenchida em todos os campos e assinada.

EDITAL Nº 008/2018-PJMN-PSE DE DIREITO – COMARCA DE MUNDO NOVO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça de Mundo Novo, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA os candidatos ANA CAROLINE LAUREANO e NILTON BECKAUSER DA SILVA aprovados, respectivamente, em 2º e 3º lugares no Processo Seletivo Simplificado para Estagiário de Direito, referente ao EDITAL Nº 001/2017-PJMN-PSE de DIREITO, para, no prazo de 5(cinco) dias úteis, apresentar na Promotoria de Justiça de Mundo Novo/MS, situada na Av. São Paulo, 760, com horário de funcionamento das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, os documentos necessários para contratação, abaixo relacionados, a fim de serem lotados, respectivamente, nas 2ª e 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo. A não apresentação dos documentos no prazo estipulado, ou a ausência de justificativa por parte do candidato convocado, implicará em sua desistência.

Mundo Novo-MS, 30 de janeiro de 2018.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO
Promotora de Justiça

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO
(Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.)

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitalizada em todos os campos e assinada.

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 006/2018**

A Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Ensino Médio, da Promotoria de Justiça da Comarca de Dois Irmãos do Buriti, objeto do EDITAL N. 001/ 2017/PJ Dois Irmãos do Buriti, publicado no DOMP-MS n. 1.620, de 8.11.2017, p. 15/21 (Processo PGJ/10/3675/2017).

Campo Grande, 30 de janeiro de 2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EDITAL 0002/2018/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000240-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados

Assunto: Apurar a eventual ausência ou deficiência de atividade fiscalizatória, por parte do Município de Dourados e da AGEPAN – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos do Mato Grosso do Sul, quanto à atividade de substituição de redes de distribuição de água de Cimento Amianto por redes de PVC, realizada pela concessionária SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados/MS;

Dourados, 29 de janeiro de 2018.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0002/2018/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000718-1 em Inquérito Civil, para o qual foi decretado sigilo.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000718-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO

Dourados, 24 de janeiro de 2018

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0003/2018/16PJ/DOS

A 16ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000781-5 em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou no site do MP/MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000781-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa da prática de atos de improbidade administrativa, decorrentes da omissão de agentes penitenciários, no que tange ao homicídio ocorrido em 24.02.2017, na Penitenciária Estadual de Dourados.

Dourados, 24 de janeiro de 2018

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

TRÊS LAGOAS

EDITAL Nº. 06.2017.00001332-8

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Três Lagoas-MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº. 06.2017.00001332-8 no Inquérito Civil abaixo especificado, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Elvírio Mário Mancini, 860, Centro, em Três Lagoas-MS, Ministério Público Estadual.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001332-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação dos Médicos

Assunto: Apurar a prática de construção irregular em área de preservação permanente às margens do Rio Sucuriú no Rancho Itapuã (Associação dos Médicos), localizado nesta urbe.

ANTONIO CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA

Promotor de Justiça

RECOMENDAÇÃO 0001/2018/04PJ/TLS

Procedimento Administrativo: 09.2017.00003651-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Selvíria

Objeto: Acompanhar a gestão e utilização do FMDCA (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) de Selvíria.

Ementa: Recomendação destinada à regularização da gestão da destinação das verbas do FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Selvíria, que foi instituído pela Lei Municipal nº 937/2014.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de defesa dos direitos da infância e da juventude da comarca de Três Lagoas, no exercício das atribuições previstas no artigo 129, II da Constituição Federal, no art. 132, II da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como no artigo 27, incisos II e IV da Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 201, §5º, “c” da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que poderá o representante do Ministério Público “efetuar recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação” (ECA, art. 201, VIII, §5º, “c”);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como a proteção dos interesses e direitos atinentes à infância e juventude, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos arts. 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal e art. 201, incisos V e VIII e 210, inciso I da Lei nº 8.069/90;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, I e IV, Lei Federal 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela Municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

CONSIDERANDO que a criança e o adolescente, por expressa determinação do art. 227, caput da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na “*precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública*”, “*preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas*” e na “*destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude*”, razão pela qual está o Poder Executivo obrigado a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança e ao adolescente que, por sua vez, terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

CONSIDERANDO que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, caput da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente tem como diretrizes a “*criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais*” (ECA, art. 88, II) e a “*manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente*” (ECA, art. 88, IV);

CONSIDERANDO que “*o Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo*” (ECA, art. 260, §4º);

CONSIDERANDO que o Decreto nº 5.089 de 20/05/2004, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, estabelece que ao CONANDA compete “*acompanhar e avaliar a expedição de orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei nº 8.069, de 1991, e dos demais atos normativos relacionados ao atendimento da criança e do adolescente*” (art. 2º, parágrafo único, I);

CONSIDERANDO que, atendendo ao dispositivo acima citado, o CONANDA publicou, em março de 2010, a Resolução nº 137, que dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que foi apurado nos autos deste Procedimento Administrativo inúmeras e graves irregularidades na destinação das verbas do FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Selvíria, que foi instituído pela Lei Municipal nº 937/2014;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim a tais irregularidades, adequando a conduta da Administração Municipal e do CMDCA na gestão do FMDCA de Selvíria aos ditames constitucionais e legais;

RESOLVE, em defesa dos direitos da infância e juventude e em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, RECOMENDAR, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para responsabilização das autoridades competentes, AO PREFEITO MUNICIPAL DE SELVÍRIA, Excelentíssimo Senhor José Fernando Barbosa, À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SELVÍRIA, Senhora Tatiane Araújo da Paz e AO PRESIDENTE DO CMDCA DE SELVÍRIA, Senhor Enivaldo Rodrigues, que:

I. O FMDCA deve ser vinculado ao CMDCA, a que compete gerir o fundo, fixar critérios de utilização e produzir o plano de aplicação dos recursos.

II. Os recursos recolhidos ao fundo destinam-se aos aspectos prioritários ou emergenciais que, a critério do Conselho em deliberação prévia específica, não possam ou não devem ser cobertos pelas previsões orçamentárias destinadas à execução normal das várias políticas públicas.

III. Sobre as condições de aplicação dos recursos do fundo, a Resolução nº 137/2010 do CONANDA estabelece:

Art. 15 A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

- I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;
- III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e
- VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

IV. A destinação dos recursos do FMDCA, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do CMDCA, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas (art. 8º, §3º da Resolução nº 137/2010 do CONANDA);

V. É vedada a utilização dos recursos do FMDCA para:

- V.I despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.
- V.II pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
- V.III manutenção e funcionamento do CMDCA¹;
- V.IV financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;
- V.V investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

VI. A reforma de ampliação e adaptação do Núcleo SER MAIS não deve ser custeada pelo FMDCA, por vedação do art. 16, parágrafo único, V, da Resolução nº 137/2010 do CONANDA;

VII. O custo de manutenção do Núcleo SER MAIS não pode ser feito com recursos do FMDCA;

VIII. O FMDCA não pode ser usado para pagar contas de água, luz, telefone e outras despesas de manutenção e consumo da Unidade de Acolhimento Menino Jesus, do Conselho Tutelar, do CMDCA ou de qualquer outro órgão, ainda que integrantes da política da infância e da adolescência. Deve ser imediatamente cessada a utilização do FMDCA para pagamento de contas da ELEKTRO, readequando a fonte de recurso pertinente ao custeio de tais contas de consumo.

IX. É irregular o pagamento de psicoterapia aos acolhidos da Unidade de Acolhimento Menino Jesus com recursos do FMDCA. O custeio de tais tratamentos, inerentes à saúde, é de responsabilidade do SUS. Devem ser imediatamente cessados os pagamentos à CECÍLIA SANTOS MIYASHIRO – ME com recursos do FMDCA, sem que haja, no entanto, suspensão ou interrupção dos tratamentos, que devem ser custeados com verba própria do Município.

X. Deve ser enviado à 4ª Promotoria de Justiça semestralmente, todo mês de janeiro e julho de cada ano, as planilhas contábeis e prestação de contas do fundo, com especificação detalhada de cada verba paga, acompanhada da resolução ou ato administrativo que a autorizou, para fins de fiscalização e controle. Deve iniciar a entrega desta documentação no mês de julho deste ano, com a prestação de contas dos meses de janeiro/2018 a junho/2018, e assim sucessivamente a partir de agora.

¹ A Resolução nº 105/2005 do CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), que “*dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*”, prevê em seu art. 4º que “*cabe à administração pública, nos diversos níveis do Poder Executivo, fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente*”.

A ausência de observância desta RECOMENDAÇÃO impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção aos direitos da infância e juventude em tela, inclusive com execução de multas judiciais, execução de obrigação de fazer e remessa de cópia de documentos a autoridade policial e à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social para apuração de crime e de improbidade administrativa.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da presente, se os recomendados acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectivas e os encaminhamentos criminais pertinentes.

Três Lagoas/MS, 25 de janeiro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

MUNDO NOVO

EDITAL N.º 0001/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000893-6 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00000893-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00000893-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Câmara de Vereadores de Mundo Novo/MS., e a empresa SL Souza Publicidade e Propaganda Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de prestação de serviços de propaganda e publicidade pela Câmara dos Vereadores de Mundo Novo/MS e a Empresa SL Souza Publicidade e Propaganda Ltda.

Mundo Novo/MS, 29 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N.º 0002/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000920-2 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00000920-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00000920-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Humberto Carlos Ramos Amaducci e outros.

Assunto: Apurar a caracterização de eventuais atos de improbidade administrativa na Dispensa de Licitação nº 80/214, relativa ao contrato de locação de imóvel não residencial firmado entre a Fundação Hospitalar de Mundo Novo-MS e o Hospital Maternidade Santa Marta Ltda-EPP.

Mundo Novo/MS, 29 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N.º 0003/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000964-6 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00000964-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

Inquérito Civil Público N.º 06.2017.00000964-6

Requerente: Ministério Público Estadual de Mundo Novo-MS

Requerido: Banco do Brasil de Mundo Novo.

Assunto: Apurar eventual violação aos direitos dos consumidores por ocasião do tempo de espera na fila de atendimento da agência do Banco do Brasil de Mundo Novo/MS

Mundo Novo/MS, 30 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N.º 0004/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000995-7 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00000995-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 06.2017.00000995-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mundo Novo-MS

Requerido: Valdomiro Brischiliari.

Assunto: Apurar eventual nomeação de pessoas, na administração municipal, além do previsto na legislação vigente.

Mundo Novo/MS, 30 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

EDITAL N.º 0005/2018/01PJ/MUV

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Mundo Novo/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 06.2017.00000997-9 em Inquérito Civil Público n.º 06.2017.00000997-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 06.2017.00000997-9

Requerente: Ministério Público Estadual de Mundo Novo-MS

Requerido: Câmara Municipal de Mundo Novo, F. Lopes Fernandes Advogados Associados.

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de escritório de advocacia pela Câmara dos Vereadores de Mundo Novo/MS.

Mundo Novo/MS, 30 de janeiro de 2018.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS
Promotor de Justiça Substituto

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DOIS IRMÃO DO BURITI

EDITAL 0009/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2017.00002337-0, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002337-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Alfreu Silva

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa (art. 10, X, da Lei nº 8.429/92) na prestação de contas do Convênio nº 80/98 firmado entre a Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti, tendo por objeto a conclusão de obras do Hospital Municipal Cristo Rei.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 29 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça substituto

EDITAL 0010/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2017.00002341-5, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002341-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Secretário(a) de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul

Assunto: apurar a prática de ato de improbidade administrativa (art. 10, IX e XI, da Lei nº 8.429/92) na prestação de contas Convênio nº 6367/2005, firmado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros da Secretaria Estadual de Saúde para a Prefeitura de Dois Irmãos do Buriti para serem utilizados em despesas de custeio, destinados para a contratação de serviços de terceiros – pessoa física para atendimento do Hospital Cristo Rei e Postos de Saúde das Aldeias Indígenas e Assentamentos, conforme Plano de Trabalho

Dois Irmãos do Buriti-MS, 29 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS
Promotor de Justiça substituto

EDITAL 0011/2018/PJ/DIB

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS, torna pública a instauração, do Inquérito Civil nº 06.2017.00002304-8, que se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763. Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Autos de Inquérito Civil nº 06.2017.00002304-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Pavitécnica Engenharia Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade do licenciamento ambiental da obra de pavimentação, a qual se encontra defronte a propriedade localizada na Rodovia MS 162, trecho do entrocamento com a Rodovia BR 262, mais precisamente no km 13, em direção à cidade de Dois Irmãos do Buriti/MS, bem como eventual responsabilidade civil por danos ambientais (processos erosivos) causados no local.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 29 de janeiro de 2018

ANTHONY ÁLISSON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça substituto

INOCÊNCIA

EDITAL N. 02/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000066-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luis Carlos Perfetto

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais causados pelo represamento da água da Fazenda “São Pedro”, bem como da construção de um tanque de piscicultura na mesma propriedade, a partir de elementos contidos no Inquérito Civil n. 01/2016.

Inocência-MS, 29 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal.

EDITAL N. 03/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000120-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vanessa Chiappina Bonin

Assunto: Apurar eventual irregularidade na supressão de 11,03m³ (onze metros cúbicos e três centímetros cúbicos) de madeira nativa, bem com a exploração de atividade potencialmente poluidora, sem licença ou autorização dos órgãos competentes, consistente em serraria fixa, dota de motor elétrico, na Fazenda Tapera, a teor do amealhado nos autos do Inquérito Civil n. 12/2012.

Inocência-MS, 29 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição

EDITAL N. 04/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00000168-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Odielson de Castro Viana

Assunto: Averiguar eventual irregularidade no descarte de efluentes da atividade comercial exercida na "Oficina do Dielson", sem observância das normas vigentes, conforme elementos sobrevividos no Inquérito Civil n. 24/2015.

Inocência-MS, 29 de janeiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição

PORTO MURTINHO

EDITAL N. 001/2018/PJ/PTM

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho torna pública a instauração do Inquérito, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de Maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2017.00000207-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Porto Murtinho

Assunto: Apurar suposta improbidade da Prefeitura Municipal de Porto Murtinho devido a Manifestação n. 11.2017.00003193-6, trazida pela Ouvidoria do Ministério Público.

Porto Murtinho, 26/01/2018

JULIANA PELLEGRINO VEIRA

Promotora de Justiça Substituta